

CONVENÇÃO EUROPEIA

SECRETARIADO

RP

Bruxelas, 31 de Maio de 2002

CONV 73/02

NOTA

de: Giuliano Amato

para: Convenção

Assunto: **Mandato do Grupo "Personalidade Jurídica"**

Envia-se em anexo uma Nota sobre o assunto em epígrafe, tendo em vista facilitar os debates do Grupo "Personalidade Jurídica".

GRUPO III: "Personalidade jurídica"

Presidente: G. Amato

*"Quais serão as consequências de um reconhecimento explícito da personalidade jurídica da UE?
E as da fusão da personalidade jurídica da UE com a da Comunidade Europeia?
Poderão contribuir para a simplificação dos tratados?"*

I. INTRODUÇÃO

1. O relatório do Grupo, que se concentra nas questões em epígrafe, será uma contribuição importante para o debate da Convenção sobre certos aspectos de maior alcance referidos na Declaração de Laeken, nomeadamente as seguintes quatro perguntas:
 - "Deverá ser revista a distinção entre a União e as Comunidades?
 - E quanto à divisão em três pilares?
 - Como reforçar a coerência da política externa europeia?
 - Deverá a representação externa da União em instâncias internacionais ser ainda reforçada?"
2. O Grupo é o destinatário do presente documento, que tem por objectivo constituir uma base de trabalho sobre esta matéria e as principais questões em discussão. Na primeira reunião do Grupo, (marcada para 18 de Junho de 2002), será apresentado um documento mais desenvolvido que explicitará as questões levantadas no presente documento.

II. ANTECEDENTES

3. Os Tratados fundadores atribuíram expressamente personalidade jurídica a cada uma das Comunidades Europeias¹. O n.º 1 do artigo 101.º do Tratado Euratom tem a seguinte redacção:

¹ Cf. artigo 281.º do TCE; 1.º parágrafo do artigo 6.º do Tratado CECA; artigo 184.º do Tratado Euratom.

"No âmbito da sua competência, a Comunidade pode contrair obrigações mediante a conclusão de acordos ou convenções com um Estado terceiro, uma organização internacional ou um nacional de um Estado terceiro."

4. Em conformidade com o artigo 281.º do TCE *"A Comunidade tem personalidade jurídica"*. O Tribunal de Justiça tem interpretado esta disposição como implicando o reconhecimento da capacidade externa da CE em todos os domínios políticos abrangidos pela sua competência ¹. É inegável que as Comunidades têm personalidade jurídica e o reconhecimento da sua capacidade para concretizar os seus objectivos tem vindo a ser confirmada desde há muito tempo.
5. Quanto à União, o TUE não inclui nenhuma disposição que afirma que a União tem personalidade jurídica. Com efeito, a União foi criada (poder-se-á mesmo dizer, "inventada") pelo Tratado de Maastricht como um enquadramento abrangente destinado a incluir, por um lado, as Comunidades já existentes e, por outro lado, as recentes PESC e JAI. O TUE define uma série de objectivos para a União, nomeadamente: *"a afirmação da sua identidade na cena internacional (...); o reforço da defesa dos direitos e dos interesses dos nacionais dos seus Estados-Membros (...); a manutenção e desenvolvimento da União enquanto espaço de liberdade, de segurança e de justiça, em que seja assegurada a livre circulação de pessoas (...)"* (artigo 2.º do TUE). Para atingir estes objectivos, a União dotar-se-á dos meios necessários (n.º 4 do artigo 6.º do TUE) e *"dispõe de um quadro institucional único"* (artigo 3.º do TUE).
6. Após o Tratado de Maastricht, foram apresentadas duas propostas durante a CIG de 1996 relativas à inserção no Tratado de uma disposição que declarasse especificamente que a União dispõe de personalidade jurídica. De acordo com uma das propostas, a personalidade jurídica da União deveria justapor-se às personalidades jurídicas já existentes das Comunidades ². Segundo a outra proposta, deveria ser criada uma personalidade jurídica única de toda a

¹ Processo 22/70, *Comissão contra Conselho*, (AETR) [1971] Colect. 263, ponto 14.

² Cf. *"Dotar a União de personalidade jurídica"*, texto apresentado pela Presidência Irlandesa ao Conselho Europeu de Dublin, em Dezembro de 1996 (doc. CONF 2500/96).

União, em que seriam integradas as personalidades jurídicas das Comunidades.¹ Embora nenhuma destas propostas tenha sido aprovada, o Tratado de Amesterdão introduziu uma nova disposição, o artigo 24.º do TUE².

7. Esta disposição tem sido sujeita a diversas interpretações. Segundo alguns autores, ela confere implicitamente à União personalidade jurídica, ao reconhecer a capacidade de a União como tal para celebrar acordos internacionais relacionados com o Título V ou com o Título VI³; outros argumentam que esta disposição estabelece apenas um procedimento simplificado que permite utilizar os mecanismos institucionais do Tratado para negociar e celebrar acordos internacionais, em nome dos Estados-Membros, acordos esses de que os Estados-Membros, e não a União, serão Partes⁴.
8. Relativamente à interpretação do artigo 24.º do TUE, com base na prática subsequente, é de assinalar que até à data a União celebrou dois acordos internacionais (ambos baseados no artigo 24.º do TUE) com a República Federativa da Jugoslávia (RFJ) sobre as actividades da missão de vigilância da União Europeia na RFJ⁵ Nas decisões do Conselho relativas à celebração desses acordos, declara-se que *"O Presidente do Conselho fica autorizado a designar a pessoa com poderes para assinar o Acordo **para o efeito de vincular a União Europeia**".*

¹ Ver proposta apresentada pela Presidência Neerlandesa (doc. CONF 2500/96 ADD 1 CAB, de 20 de Março de 1997, p. 47).

² O artigo 24.º do TUE tem a seguinte redacção: *"Sempre que seja necessário celebrar um acordo com um ou mais Estados ou organizações internacionais em aplicação do presente título, o Conselho, deliberando por unanimidade, pode autorizar a Presidência, eventualmente assistida pela Comissão, a encetar negociações para esse efeito. Esses acordos serão celebrados pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob recomendação da Presidência. Nenhum acordo vinculará um Estado-Membro cujo representante no Conselho declare que esse acordo deve obedecer às normas constitucionais do respectivo Estado; os restantes membros do Conselho podem decidir que o acordo lhes será provisoriamente aplicável. O disposto no presente artigo é igualmente aplicável às matérias abrangidas pelo título VI."*

Esta disposição foi alterada pelo Tratado de Nice.

³ Um dos argumentos a favor desta interpretação é o facto de se declarar que o poder de autorizar a abertura de negociações e de celebrar de acordos pertence ao Conselho e não aos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho.

⁴ A referência, no terceiro período do artigo à possibilidade de processos de ratificação nacionais e de uma aplicação provisória por parte dos restantes membros do Conselho é considerada um argumento a favor desta tese.

⁵ Decisão do Conselho de 9 de Abril de 2001 (2001/352/PESC) (JO L 125/1) e Decisão do Conselho de 30 de Agosto de 2001 (2001/682/PESC) (JO L 241/1).

III. QUESTÕES A PONDERAR

9. No que diz respeito a (a) tornar explícita a personalidade jurídica da União e (b) proceder à fusão das personalidades jurídicas da União e das Comunidades o Grupo poderá eventualmente analisar, as seguintes três questões:
 - i) Qual a natureza dos efeitos, caso existam, sobre a actual delimitação de competências e sobre os procedimentos?
 - ii) Poderia a União intervir mais efectivamente a nível internacional?
 - iii) Quais seriam os eventuais efeitos sobre o estatuto da União nas organizações internacionais?
 10. O Grupo deverá igualmente ponderar as implicações de uma personalidade jurídica explícita e a fusão no que se refere à simplificação dos Tratados. O Grupo poderá aprofundar em que medida a fusão contribuirá para a simplificação, ou proporcionando uma redução do número de instrumentos e de procedimentos, e/ou permitindo a fusão dos Tratados.
 11. Na primeira reunião de 18 de Junho de 2002 (das 15h00 às 18h30), os membros receberão uma versão mais completa da presente Nota que desenvolverá as questões técnicas em pormenor. Nas duas reuniões seguintes (25 de Junho e 10 de Julho), prevê-se a presença de especialistas jurídicos para serem ouvidas sobre estas questões.
-